

RELATÓRIO FINAL

I. TRÂMITES PROCESSUAIS E FUNDAMENTAÇÃO

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou o presente processo disciplinar contra o ciclista **xxx**, com a licença n.º **xxx** da equipa **xxx**, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo em competição, realizado no dia **xx**, com o código **x** e que acusou a presença da substância proibida Metilfenidato.

Para instrutor do processo, a UVP/FPC nomeou o Dr. Tito Crespo.

No âmbito do referido processo, foi realizado o presente inquérito (v. artigo 56.º da Lei 27/2009, de 19 de Junho), durante o qual se enviou a nota de culpa ao Arguido (fls. 16 e ss.) e se procedeu, *inter alia*, à sua audição.

O Arguido constituiu seu mandatário o Exmo. Sr. **xxxx** e apresentou resposta escrita à nota de culpa (v. fls. 21 a 32). Juntou à resposta dois documentos e requereu, ainda, a inquirição de duas testemunhas:

1. **x e**,
2. **x**.

Por se achar relevante para a descoberta da verdade, procedeu-se à inquirição das testemunhas (v. fls. 37 a 43).

Oficiosamente, o Instrutor procedeu ainda à consulta do sítio na *internet* do INFARMED, de modo a poder comprovar a composição do medicamento Concerta®, 36 mg.

Não foram realizadas mais diligências probatórias, uma vez que não foram requeridas e não se revelaram necessárias.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Cumpre agora enunciar os factos imputados ao Arguido com hipotética relevância disciplinar, analisando a defesa e a prova realizada durante o processo de inquérito. Finalmente, proceder-se-á à subsunção dos factos às normas legais e regulamentares aplicáveis.

i) DOS FACTOS:

No presente inquérito, o Arguido vinha acusado da prática de um acto de dopagem (p. e p. pelo artigo pelo artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho).

A acusação fundou-se no relatório de ensaio elaborado pela ADoP (amostra A), que revelou a presença da substância proibida Metilfenidato (v. fls. 2), conforme descrito na nota de culpa (cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido). Note-se ainda, a este respeito, que a análise à amostra B não foi efectuada, em virtude do atleta ter prescindido da mesma (v. fls. 9).

Na resposta à nota de culpa (v. fls. 47 a 54), o Arguido defendeu-se, em suma, nos seguintes termos:

- a. Aceita o resultado da análise;
- b. Declarou, logo no próprio controlo, que tomava o medicamento que contém a substância proibida (Concerta®, 36 mg);
- c. Nunca tomou a substância com o objectivo de aumentar o seu rendimento desportivo ou de mascarar outras substâncias, mas unicamente para efeitos terapêuticos, dado que padece de hiperactividade;
- d. Toma a substância há mais de 5 anos, por prescrição médica;

- e. Desconhecia, em absoluto, que se tratava de uma substância proibida e, por isso, nunca deu conhecimento da toma a nenhum dos responsáveis do Clube (Dirigentes, Director Desportivo ou Médico);
- f. Ao ser confrontado com o resultado positivo, requereu junto da ADoP a respectiva Autorização de Utilização Terapêutica e, em consequência, a toma do dito medicamento veio a ser autorizada por aquele organismo.

Aquando da sua inquirição, o Arguido, acompanhado pelos seus pais e pelo Advogado, confessou imediatamente a toma da substância proibida e reforçou o que já havia dito na resposta á nota de culpa, sublinhando, nomeadamente, que:

- a. Toma um comprimido por dia, por via oral, todas as manhãs (excepto aos fins-de-semana e nas férias da escola), do medicamento Concerta®, dos Laboratórios *Janssen-Cilag*, o qual contém na sua composição a substância Metilfenidato;
- b. O medicamento foi-lhe receitado há cerca de 5 anos, pela médica do xxx (Dra. xxx, médica de desenvolvimento), para aumentar a concentração na escola, visto que sofre de hiperactividade;
- c. Nunca deu conhecimento de que tomava aquele medicamento ao Director Desportivo, Médico, Presidente ou outros dirigentes da equipa, dado que estava convencido que o medicamento não continha nenhuma substância proibida. A este propósito, referiu ainda que há alguns anos (não sabe precisar quantos), quando ainda tomava o dito medicamento todos os dias (e não apenas nos dias de escola), num domingo em que teve competição foi confrontado por colegas de equipa, que o acusavam de estar demasiadamente sossegado para o que era habitual, ao que, nessa data, lhes disse que estava a tomar o referido medicamento. Mas, depois disso, nunca mais voltou a falar do assunto na equipa;
- d. Aquando do controlo, como estava convencido que a toma do medicamento era lícita, o próprio referiu ao Médico do Controlo que estava a tomá-lo, juntamente com o Broncoliber® (xarope para a constipação). Foi, por isso, absolutamente surpreendido com o resultado positivo da análise;

- e. Não toma qualquer outra medicação regularmente, salvo para fazer face a alguma doença que vá surgindo. Quando o faz, não informa ninguém da equipa, dado que isso nunca lhe foi perguntado. Inclusive, nem sabe o nome do médico da equipa;
- f. Este foi o primeiro controlo a que foi submetido ao longo da sua carreira.

Por se julgar relevante para a descoberta da verdade, procedeu-se à inquirição de ambas as testemunhas arroladas pelo Arguido.

A testemunha xxx Presidente do Clube, nas declarações que lhe foram tomadas referiu que:

- a. Desconhecia que o atleta tomava o medicamento Concerta®, por tal facto nunca lhe ter sido transmitido, quer pelo Arguido, quer pelos seus pais;
- b. No clube a que preside, apenas os atletas da categoria de sub-23 são controlados pelo médico, nomeadamente, através da realização de análises ao sangue periódicas. No escalão do Arguido (cadetes) não é feito qualquer controlo, excepto no início da época, através da realização dos exames necessários para obter a inscrição dos ciclistas na UVP/FPC;
- c. Após ser notificado deste controlo positivo já tomou algumas medidas tendentes a que a situação não se repita. Nomeadamente, organizou a "1.ª Jornada de Medicina Desportiva no Ciclismo" (cujo *flyer* promocional foi junto aos autos) e instituiu a obrigatoriedade dos atletas do clube escreverem numa folha de papel todos os produtos/medicamentos que estão a tomar, para que possam ser escrutinados pelo médico;
- d. Nunca, ao longo dos 17 anos em que está na equipa, tinham tido um problema de doping.

Por seu turno, a testemunha xxx, Director Desportivo da Equipa, declarou que:

- a. Desconhecia que o atleta tomava o medicamento Concerta®, por tal facto nunca lhe ter sido transmitido, quer pelo Arguido, quer pelos seus pais;

- b. Aquando do controlo estava com o atleta e deu-lhe indicações para que este dissesse ao Médico do Controlo tudo aquilo que estava a tomar. Insistiu, pois sabia que o atleta, em princípio, estaria a ser medicado, em virtude de ainda estar a recuperar de uma constipação. Então, o Arguido disse-lhe que tomava dois medicamentos, mas que não se recordava do nome de nenhum deles. Por isso, chamaram a mãe do atleta, que foi quem esclareceu que se tratava dos medicamentos Broncoliber® e Concerta®. Mas, nenhum dos nomes lhe chamou a atenção, visto que não conhecia os medicamentos em causa;
- c. Até à data, nunca nenhum outro atleta seu havia acusado positivo num controlo antidopagem.

- Conclusões

O Arguido confessou que toma o medicamento Concerta®, 36 mg, há cerca de 5 anos. Segundo o mesmo, a toma ocorre apenas durante o período lectivo, pois o medicamento destina-se unicamente a aumentar o seu grau de concentração nas aulas.

Juntou, a fls. 25, um Relatório médico, assinado pela Dra. xxx (Ax) que confirma essa versão, e no qual se pode ler que o Arguido *"é seguido nesta consulta desde os onze anos de idade, por apresentar Dificuldades de Aprendizagem e alterações comportamentais compatíveis com Perturbação de Hiperactividade e Défice de Atenção (...). Desde há cerca de cinco anos que faz também medicação regular com Metilfenidato (Concerta-36 mg), para controlo das suas alterações comportamentais."*

Analisada a informação constante do sítio na *internet* do INFARMED relativa ao medicamento Concerta®, 36 mg (v. fls. 44 a 55) podemos confirmar, a fls. 53, que efectivamente a substância activa deste medicamento é o Cloridrato de Metilfenidato.

Nestes termos, em nosso entender não subsistem dúvidas que, de facto, foi a toma deste medicamento que esteve na origem do resultado positivo da análise.

Por outro lado, será ainda relevante notar que a substância em causa se trata de uma substância específica (cfr. classe S6.b) da Portaria 82/2010, de 10 de Fevereiro). Ou seja, apesar de ser proibida, *"é susceptível de dar origem a infracções não intencionais das normas antidopagem devido ao facto de frequentemente se encontrar presente em medicamentos..."* (artigo 2.º alínea x) da Lei n.º 27/2009) e a sua utilização é permitida, desde que precedida por um pedido de Autorização de Utilização Terapêutica (adiante AUT).

Desta forma, na ausência de outra justificação lógica, é de crer que só por ignorar a composição do medicamento o Arguido não efectuou atempadamente o pedido de AUT, que o salvaguardaria de incorrer na infracção que originou o presente processo disciplinar.

A este respeito, veja-se, aliás, que logo após ter sido notificado do controlo positivo, o Arguido efectuou o referido pedido de AUT e, neste momento, já se encontra autorizado a tomar o dito medicamento pelo período de um ano (v. fls. 26).

Por outro lado, a ignorância do Arguido quanto ao facto do medicamento conter uma substância proibida fica ainda plenamente demonstrada se atentarmos ao facto de o próprio, aquando do controlo, ter imediatamente declarado que o tomava, juntamente com o medicamento Broncoliber®, esse sim, de toma livre e permitida face às leis desportivas (v. fls. 15).

Assim sendo, será também forçoso concluir que o Arguido desconhecia que o medicamento que tomava regularmente continha uma substância proibida.

Perante isto, temos como provados os seguintes factos:

1. No dia xxx, durante a realização da "xxx", o Arguido foi sujeito a um controlo antidopagem, com o código x
2. A análise à amostra recolhida revelou a presença da substância proibida Metilfenidato;

- 6d
P.
3. Não foi realizada a análise da amostra B, em virtude do Arguido dela ter prescindido;
 4. O resultado positivo ficou a dever-se à toma, por via oral, do medicamento Concerta®, 36 mg;
 5. A toma do medicamento era feita por motivos terapêuticos, e não para melhorar o desempenho desportivo ou para mascarar outras substâncias.

ii) DO DIREITO

Com base no relatório de ensaio elaborado pela Autoridade Nacional Antidopagem (amostra A) e na confissão do Arguido, considera-se provado que este procedeu à toma da substância proibida Metilfenidato (v. fls. 2 e 34 a 36).

Este facto consubstancia uma infracção ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 1º, C), do Anexo IV, do Regulamento do Controlo Antidopagem da UVP/FPC, por remissão do art. 76.º n.º3 da Lei 27/2009, de 19 de Junho (em virtude de a UVP/FPC ainda não ter procedido à adaptação dos seus regulamentos às novas sanções cominadas na Lei contra a dopagem no desporto). Nos termos desta norma, tratando-se da primeira infracção, a sanção equivalerá à desqualificação e suspensão de seis meses a dois anos.

Não obstante, dado estarmos perante uma substância específica (em virtude de estar prevista na classe S6.b) da Portaria 82/2010, de 10 de Fevereiro), e visto que ficou provada a forma como a substância entrou no organismo do atleta, bem como que não foi utilizada com o fito de aumentar o rendimento desportivo ou de mascarar outras substâncias, será aplicável ao caso o disposto no artigo 59.º da Lei 27/2009, de 19 de Junho, nos termos do qual, tratando-se da primeira infracção praticada pelo Arguido, a moldura sancionatória anteriormente referida será substituída por pena de advertência ou pena de suspensão até um ano.

III. PROPOSTA DE DECISÃO

A medida da pena deve ser determinada em função da culpa do agente e das exigências de prevenção (v.g. artigo 71.º n.º1 do Código Penal).

A conduta do Arguido é-lhe imputada meramente a título de negligência inconsciente, dado que, conforme resulta dos factos dados como provados, este não representou sequer como possível a prática da infracção (artigo 15.º alínea b) do Código Penal).

Por outro lado, como se referiu anteriormente, a substância em causa não se destina a melhorar a *performance* desportiva dos atletas, pelo que, a sua toma não contribuiu para falsear resultados. Aliás, ficou demonstrado que, no caso concreto, a toma teve efeitos meramente terapêuticos.

Não há perigo da infracção voltar a ser cometida, pelo menos no próximo ano, dado que entretanto o Arguido já obteve a necessária AUT da ADoP.

Deverá também ser tido em linha de conta que o Arguido confessou imediatamente os factos de que vinha acusado, tendo inclusivamente prescindido da análise à amostra B, contribuindo assim de forma decisiva para a descoberta da verdade e para a celeridade processual.

Por último, o Arguido é primário e tem apenas 15 anos, sendo por isso inexperiente, o que reduz a censurabilidade da sua conduta.

Assim sendo, considerando tudo quanto acima se expôs, e vista a manifesta falta de gravidade deste caso, mesmo tendo em conta a necessária salvaguarda da imagem da modalidade, propomos a aplicação ao Arguido de uma mera pena de advertência, por se julgar suficiente, tanto em termos punitivos, como para efeitos preventivos.

Lisboa, 21 de Julho de 2010

O Instrutor,





bm

Handwritten signature and initials.

Processo n.º10/10

DECISÃO FINAL EM PROCESSO DISCIPLINAR

A União Velocípédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou, em 01.07.2010, contra o ciclista xxx processo disciplinar, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo em competição, realizado no dia xxx, com o código x e que acusou a presença da substância proibida Metilfenidato.

No termo da instrução do presente processo foi elaborado relatório final (v. fls. 56 a 63 do Processo Disciplinar) que se subscreve na totalidade e para o qual se remete, passando o referido relatório a fazer parte integrante da presente decisão.

De acordo com o relatório final de inquérito, ficou provado que o resultado positivo se ficou a dever à toma, por via oral, do medicamento Concerta®, 36 mg, cuja substância activa é o Cloridrato de Metilfenidato. Mais se demonstrou que a toma ocorreu por motivos terapêuticos, e não como forma de aumentar o rendimento desportivo do atleta ou de mascarar outras substâncias.

Nestes termos, tratando-se de uma substância específica, serão aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 59.º n.º 1 alínea a) da Lei 27/2009, de 19 de Junho (com preterição das constantes do artigo 58.º do mesmo diploma). Ou seja, tratando-se de primeira infracção, a sanção equivalerá a pena de advertência ou pena de suspensão até um ano.

Neste caso concreto, atendendo a todo o circunstancialismo já descrito, bem como à pouca gravidade do ilícito praticado e à idade do Arguido, julga-se suficiente, quer para efeitos sancionatórios, quer em termos preventivos, aplicar-lhe uma pena não impeditiva de praticar a actividade desportiva.

Deste modo, decide-se pela advertência escrita ao Arguido, nos seguintes termos:

O Arguido pratica a modalidade com gosto e, segundo referiu em sede de inquérito, pretende continuar ligado ao ciclismo. Para o efeito, terá de ter consciência das exigências que a prática desta

actividade acarreta, nomeadamente quanto ao controlo que tem que fazer sobre as substâncias que introduz no seu organismo.

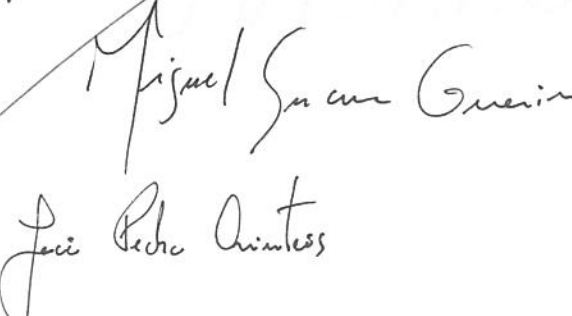
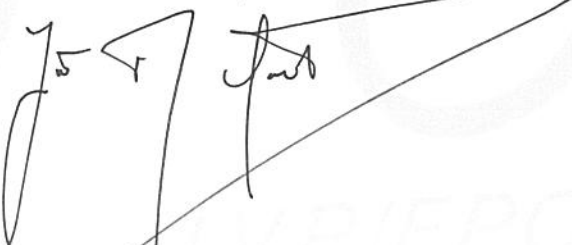
De facto, nos termos da lei, o ciclista "*tem o dever de se assegurar que não introduz ou é introduzido no seu organismo qualquer substância proibida*" (artigo 5.º da Lei 27/2009, de 19 de Junho). Este dever é transversal e obriga quer os ciclistas mais jovens quer os profissionais.

Nesse sentido, será obrigação do Arguido (e dos seus pais, até que este atinja a maioridade), agir com maior diligência, nomeadamente, consultando o médico da equipa antes de iniciar a toma de algum medicamento.

Notifique-se a decisão ao Arguido, juntando-se em anexo o Relatório Final de Inquérito.

Lisboa, 21 de Julho de 2010

O Conselho Disciplinar,



Miguel Sousa Gueses
José Pedro Quintas